



ENTRE SILÊNCIOS E PROTESTOS**UMA REFLEXÃO SOBRE ESCRITA PRETA NO CIBERESPAÇO**

BLACK MOBILIZATION NETWORKS:**A REFLECTION ON SOCIAL NETWORK AND INTERSECTIONARY**

REDES DE MOBILIZACIÓN NEGRA:**UMA REFELXIÓN SOBRE LAS REDES SOCIALES Y LA INTERSECCIONALIDAD**

Jessica Mara Raul

RESUMO

Mulheres negras têm, historicamente, se mobilizado em diversos espaços políticos na busca por justiça social e, com a proliferação de *smartphones* e *tablets* ampliaram a possibilidade de registro e divulgação quase simultânea de eventos nas plataformas de redes sociais, encurtando a distância entre um evento e sua publicização (TAYLOR, 2017). Mesmo diante das disputas necessárias com as plataformas e infraestruturas digitais, como os GAFA (Google, Amazon, Facebook e Apple), podemos observar a ascensão do ciberespaço como ambiente de articulação das mulheres negras. Este artigo se apoia em uma pesquisa qualitativa aplicada à internet, de caráter exploratório, com o objetivo de analisar a utilização das redes sociais, a partir das quais se pode verificar as “pedagogias negras”. Para tanto, busca-se identificar as ações de mulheres negras por autodefinição e autorrepresentação (COLLINS, 2016) e sua utilização para a construção de outras representações da comunidade negra no Brasil e de si mesmas. Apoiado do pressuposto de que a atuação dessas sujeitas viabilizam a disseminação de práticas educativas no que tange às relações raciais no Brasil, se pretende problematizar a potencialidade da ação de mulheres negras no ciberespaço. Assim, a escrita “ciber-ativista” (CARDOSO, 2018) se efetua enquanto prática de intervenção que perceptivelmente já contribui para a transformação das discussões sobre negritude e gênero no Brasil, configurando-se em resposta inovadora às suas representações estereotipadas, perpetuadas ao longo da história nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher negras. Cibercultura. Autodefinição. Interseccionalidade.

ABSTRACT

Black women have historically mobilized in several political spaces in search of social justice and, with the proliferation of smartphones and tablets they extended the possibility of almost simultaneous registration and dissemination of events on social networking platforms, promoting the distance between an event and its publication (TAYLOR, 2017). Even in the face of disputes demanded as digital platforms and infrastructures, such as GAFA (Google, Amazon, Facebook, and Apple), we can see the rise of cyberspace as an articulation environment for black women. This article supports an exploratory qualitative research applied to the Internet, aiming to analyze the use of social networks, from what can be verified as "black pedagogies". To this end, it seeks to identify the actions of black women by self-definition and self-representation (COLLINS, 2016) and their use to construct other representations of the black community in Brazil and their own. The article supports the assumption that the action of these subjects enables the dissemination of educational practices that vary from race relations in Brazil, it intends to analyze the potentiality of the action of black women in cyberspace. Thus, a

Submetido em: 03/08/2019 – **Aceito em:** 20/10/2019 – **Publicado em:** 28/12/2019.



“cyber-activist” writing (CARDOSO, 2018) is considered an intervention practice which is already perceived to contribute with the change of discussions about blackness and gender in Brazil, constituting an innovative response to their stereotyped representations perpetuated over time in national history.

KEYWORDS: Black woman. Cyberculture. Self-definition. Intersectionality.

RESUMEN

Las mujeres negras se han movilizado históricamente en diversos espacios políticos en busca de justicia social y, con la proliferación de los *smartphones* y *tablets*, han ampliado la posibilidad de registro y difusión casi simultáneos de eventos en plataformas de redes sociales, acortando la distancia entre un evento y su publicación (TAYLOR, 2017). Incluso frente a las disputas necesarias con las plataformas e infraestructuras digitales, como GAFa (Google, Amazon, Facebook y Apple), podemos ver el surgimiento del ciberespacio como un entorno de articulación para las mujeres negras. Este artículo se basa en una investigación cualitativa aplicada a Internet, de carácter exploratorio, con el objetivo de analizar el uso de las redes sociales, a partir de las cuales se pueden verificar las “pedagogías negras”. Con este fin, buscamos identificar las acciones de las mujeres negras por autodefinición y auto-representación (COLLINS, 2016) y su uso para la construcción de otras representaciones de la comunidad negra en Brasil y de ellas mismas. Apoyados en el supuesto de que el desempeño de estos temas permite la difusión de prácticas educativas sobre las relaciones raciales en Brasil, pretendemos problematizar la potencialidad de la acción de las mujeres negras en el ciberespacio. Así, la escritura “ciberactivista” (CARDOSO, 2018) se lleva a cabo como una práctica de intervención que perceptiblemente ya contribuye a la transformación de las discusiones sobre la negrura y el género en Brasil, convirtiéndose en una respuesta innovadora a sus representaciones estereotipadas, perpetuamente de historia nacional.

PALABRAS CLAVE: Mujeres negras. Cibercultura. Autodefinición. Interseccionalidad.

Introdução

Para pensar o contexto da interseccionalidade de opressões de raça, gênero e classe e suas implicações para o exercício da fala de mulheres negras, podemos nos apoiar em Collins (2000) para quem o uso da experiência tem sido fundamental para a sobrevivência das mulheres negras. Para ela, a experiência vivida como critério de credibilidade é frequentemente invocada por essas mulheres nos Estados Unidos¹ quando fazem alegações de conhecimento.

¹ Collins faz referências aos Estados Unidos, mas não pretendemos aqui uma transposição simplista. No entanto, as questões trazidas pela autora são emblemáticas para se pensar a experiência da mulher afro-brasileira e em diáspora por diferentes partes do globo. Em outro trabalho (RAUL, 2016), me apoio na ideia de Feminismo

Submetido em: 03/08/2019 – **Aceito em:** 20/10/2019 – **Publicado em:** 28/12/2019.

De acordo com a autora, mesmo após um domínio substancial das epistemologias hegemônicas, muitas mulheres negras estudiosas invocam as próprias experiências vividas e as de outras mulheres americanas na seleção de tópicos para investigação e metodologias utilizadas. Através de como Sojourner Truth² evocou exemplos de sua vida para ressignificar as noções predominantes sobre ser mulher, Collins nos mostra que a experiência como critério de significação é um princípio epistemológico fundamental no pensamento afro-americano.

Nesse sentido, o objetivo deste ensaio é analisar a utilização das redes sociais como espaço de redes de mobilização a partir das quais se podem verificar o que chamamos aqui de pedagogias negras³, desde uma escrita digital (SIMÕES, 2012). Para tanto, busca-se identificar as ações de mulheres negras por autodefinição e autorrepresentação (COLLINS, 2016) e sua utilização para a construção de representações *outras* da comunidade negra no Brasil e de si mesmas.

Estas escritas nascem com a vocação de “durar pouco, ser flutuante, transitiva; memórias à deriva no oceano da internet” (SIMÕES, 2012, p. 197). Para Simões, essas escritas não devem ser desconsideradas pela história da Educação, pois a escrita digital também é uma forma de enunciar essa amálgama feita de memória e história, revelando como desafio para

afrodiaspórico (FIGUEROA; HURTADO, 2014) e Feminismo negro diaspórico (SANTOS, 2007) para refletir sobre como as experiências a partir da interseccionalidade forjam perspectivas surgidas no cotidiano de mulheres africanas e afrodescendentes no mundo, cujas práticas políticas e intelectuais são características de uma articulação em resposta ao sistema de dominação no patriarcado de supremacia branca.

² Abolicionista ex-escravizada que, na Convenção das Mulheres de Ohio (1851), usou seu lugar de mulher negra para questionar a visão universal da feminilidade.

³ Aprendizagens que se dão nas diferentes esferas de atuação das mulheres negras, com lógicas próprias aos saberes diaspóricos, não hierarquizados e que aliam vida cotidiana, luta pela sobrevivência e a atuação no desfazimento do epistemicídio ao qual mulheres e homens negros foram submetidas/os a partir do advento da modernidade.

Submetido em: 03/08/2019 – **Aceito em:** 20/10/2019 – **Publicado em:** 28/12/2019.



pesquisador do tempo presente, a reflexão sobre maneiras de salvaguardar essas fontes para a história da Educação, tendo em vista sua obsolescência.

A voz e a vez das mulheres negras

As redes sociais têm desnudado comportamentos arraigados na mentalidade brasileira, ao mesmo tempo em que possibilitou sua instrumentalização por sujeitos e grupos sociais. Narrativas cotidianas são visibilizadas a partir de discussões empreendidas por mulheres negras no ciberespaço⁴, resultando em memórias do particular, para refletir sobre os diferentes aspectos comuns às experiências de mulheres negras brasileiras, cujas “comunidades virtuais” (SANTAELLA, 2003a) problematizam o passado colonial, suas permanências, consequências e formas de contemporização.

Marcado por embates na ordem do imaginário, no qual o campo da representação permanece um lugar de luta, o século XXI traz o desafio crítico para pessoas negras expandirem a discussão sobre raça para além dos debates envolvendo bons e maus conjuntos de imagens (hooks, 2016). Ao pensar as formas negras de mobilização da memória, Mbembe (2018), chama a atenção quanto aos modos de representação da experiência colonial. Para ele, a memória é construída por um entrelaçado de imagens psíquicas, surgindo como campo simbólico, político ou representação, cuja importância se encontra no jogo de símbolos e sua circulação.

Para Alves (2004), precisamos observar as transformações fazendo emergir os conhecimentos e os valores dos sujeitos dos processos educativos de todos os praticantes dos cotidianos e que

⁴ Ao diferenciar “ciberespaço” e “cibercultura”, Pierre Lévy (1999), define ciberespaço (ou “rede”) enquanto um novo meio de comunicação surgido da interconexão mundial dos computadores que, para ele, não especifica apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também um universo de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Já, “cibercultura” seria o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), práticas, atitudes, modos de pensamento e de valores que se desenvolvem com o crescimento do ciberespaço. Santaella (2003) destaca o caráter de criatura humana da cibercultura. Para ela, não há uma separação entre uma forma de cultura e o ser humano, elas moldam nossa sensibilidade e mente, especialmente as tecnologias digitais, computacionais, que são tecnologias da inteligência.

Submetido em: 03/08/2019 – **Aceito em:** 20/10/2019 – **Publicado em:** 28/12/2019.

são produzidos em suas tantas redes de viver e essa análise de múltiplos movimentos da sociedade nos permitirá identificar os diversos processos de revolução no conhecimento.

Assim, compreendendo que a memória, forma de relação com o tempo e o espaço, é profundamente sexuada (PERROT, 1989), a verificação da interseccionalidade de opressões de raça, gênero e classe contribui para a reflexão sobre a importância das discussões sobre relações raciais desenvolvidas por essas mulheres no contexto da cibercultura.

Nesse sentido, a questão da raça e da representação não se restringiria a criticar o *status quo*, mas de apresentar e transformar visões de mundo, afastando pensamentos dualistas e abrindo espaço para imagens transgressoras (hooks, 2019, 2019a). Erguer a voz se torna uma forma de rebelião consciente sobre a autoridade dominante (hooks, 2019a) no contexto de um renovado movimento contra o racismo que, aos poucos, desestabiliza os discursos da democracia racial⁵.

A não linearidade das mídias caracteriza um modo de vida em que o ciberespaço proporciona encontros e formas de socialização descentralizadas que necessitam de um olhar sob perspectivas históricas, políticas, econômicas, sociais e culturais que influenciam nossa relação com a criação e uso das tecnologias digitais. Além disso, sob a influência da linguagem digital e seus artefatos, as teorias pedagógicas do ensino começam a se transformar (SANTAELLA, 2003a; SANTOS, 2017).

A partir dessas transformações e o entendimento dos processos de comunicação enquanto lugares de geração de sociabilidade e suas experiências agregadoras, o ciberespaço, mais do que lugar de memória (NORA, 1993) pode ser observado como local de propagação e produção de memórias diaspóricas negras.

⁵ Componente indispensável à ideologia da mestiçagem e elemento do projeto nacionalista brasileiro, o mito da democracia racial seria a ilusão disseminada de ausência de preconceito e discriminação racial no Brasil e da existência de oportunidades econômicas e sociais iguais para negros e brancos.

Submetido em: 03/08/2019 – **Aceito em:** 20/10/2019 – **Publicado em:** 28/12/2019.

As questões em jogo dizem respeito à memória, já não como simples matriz da história, mas como reapropriação do passado histórico por uma memória que a história instruiu e, muitas vezes, feriu (RICOEUR, 2003). Nesse sentido,

as tecnologias digitais têm possibilitado a construção de ambiências com dispositivos que potencializam a reflexão, a crítica, e a materialização de práticas autorais, não somente individual mas também coletiva, fundamentada na colaboração, na dialogicidade e na interatividade, fazendo aflorar uma inteligência coletiva (SANTOS, 2017, p. 30).

Se, “na reestruturação ‘modernizadora’ do imaginário brasileiro, a produção televisiva contribuiu com um elogio permanente às características estéticas do segmento eurodescendente” (ARAÚJO, 2012, p. 27), as ações empreendidas por diversas ciber-ativistas negras contribui para a formulação do ciberespaço enquanto ferramenta antirracista e canal de produção e reprodução de memórias negras, que se configuram em práticas educativas racializadas nas redes sociais.

Cardoso (2018), nos fala que mulheres negras na diáspora vêm atuando como corpo político de enunciação, produzindo conhecimento a partir de diferentes experiências e vivências, narrativas e contextos, utilizando sua marginalidade como espaços possíveis de construção política de ação coletiva. A autora usa o “Site Blogueiras Negras” para exemplificar seu ponto de vista e nos diz que esses espaços são percebidos e construídos para denunciar e enfrentar o racismo patriarcal, utilizado como instrumento de luta e análise dos efeitos do racismo sobre a vida das mulheres negras:

O site “é uma comunidade de mulheres comprometidas com questões afins à negritude e ao feminismo interseccional” e tem por objetivo “aumentar a visibilidade da produção de blogueiras negras” (online). Em seus textos divulgados no site, as entrevistadas ciber-ativistas abordam temas, como lesbianidades, aborto, estética, solidão, feminismo, padrão de beleza eurocêntrico, gordofobia, violências, sexismo, saúde, violência policial, conjuntura política, entre outros, sempre com recorte racial, explorando como fonte de reflexão a realidade e experiências das mulheres negras (CARDOSO, 2018, p. 9).

De acordo com a autora, as ativistas se apropriam de uma ferramenta da atualidade para produzir e disseminar conhecimento sobre e para mulheres negras, contribuindo para seu

Submetido em: 03/08/2019 – **Aceito em:** 20/10/2019 – **Publicado em:** 28/12/2019.

empoderamento em que a escrita possibilita desafiar as imagens estereotipadas, restituindo-lhes sua condição de sujeito histórico, cujas interpretações produzidas sobre os diversos temas sobre os quais se debruçam constituem um ponto de vista de enfrentamento ao silêncio imposto aos seus corpos racializados e que produz o lugar epistêmico de onde parte o conhecimento contra hegemônico.

Nessa mesma linha, podemos apontar a atuação do Geledés Instituto da Mulher Negra, referência no que tange às discussões sobre relações raciais no Brasil, em seus diversos aspectos, e importante espaço de discussão sobre feminismo negro e interseccionalidades na internet. O Portal Geledés nasce com a proposta de ser um

espaço de expressão pública das ações realizadas pela organização no passado e no presente, e de seus compromissos políticos com a defesa intransigente da cidadania e dos direitos humanos, a denúncia permanente dos entraves que persistem para a concretização da justiça social, a igualdade de direitos e oportunidades em nossa sociedade. É também um espaço onde celebramos a contribuição de africanos/as, negros/as e/ou afrodescendentes, nas mais variadas modalidades de expressões culturais, entendendo que as culturas africanas e afrodescendentes compõem o patrimônio cultural de africanos/as e afrodescendentes de qualquer lugar do mundo. No Portal expressamos o orgulho que temos de nosso pertencimento, às lutas empreendidas por homens e mulheres africanas e afrodescendentes, do passado e do presente, em incansável busca pela realização de seus sonhos de liberdade e igualdade.

Assim, diante das

questões de gênero, Geledés alinha-se à agenda feminista, atuando contra a violência doméstica e sexual contra a mulher, pela realização da igualdade no mercado de trabalho, em defesa dos direitos reprodutivos e direitos sexuais das mulheres, pela descriminalização do aborto, contra os estereótipos e estigmas que se reproduzem sobre as mulheres nos meios de comunicação. No tema da violência contra a mulher, desenvolveu o Aplicativo PLP 2.0, para socorrer mulheres em situação de violência.

O portal Geledés oferece uma área para *Gest post* onde convida as/os leitoras/es para enviarem artigos, textos ou galerias de fotos para serem publicados como convidados. Nesse espaço do site se verifica textos em diversos formatos e assuntos. No relato “Festas juninas

Submetido em: 03/08/2019 – **Aceito em:** 20/10/2019 – **Publicado em:** 28/12/2019.

acionam todos meus gatilhos de rejeição”⁶ mulheres negras puderam se identificar com a experiência de preterimento que acomete meninas negras já na infância.

Para a autora, o mês de junho anuncia as festas juninas e as disputas que envolvem a festividade acabam por revelar a crueldade dos padrões de beleza ancorados na branquitude. Por vezes, meninas negras ao terem de formar pares com outras meninas, tem seu gênero anulado. As roupas, a maquiagem, todo o ritual se configuram em um não lugar para essas crianças. Nas palavras da autora,

Não basta não ser a noiva, precisam deixar a gente no final da fila. Mas pelo menos nos deixam usar vestido e chapéu. Chapéu que não encaixa na nossa cabeça (ou seria o nosso cabelo que não se encaixa no chapéu?) fazendo com que aquelas duas trancinhas de canecalon coladas na aba fiquem ainda mais ridículas do que a situação toda. Fazer o quê? A sorte é não precisar de maquiagem. A pele retinta não permite que as pintinhas caipiras apareçam (ANJOS, 2019).

A autora relata que demorou muitos anos para compreender que o preterimento era um “subproduto da perversidade do racismo estrutural” resultado dos padrões de beleza reproduzidos pela mídia de massa, uma festa “rodeada de estereótipos, brincadeiras machistas e altamente racistas”. Sua história faz parte de uma leitura contra hegemônica sobre esta festividade da cultura brasileira e possibilita uma reflexão sobre a reprodução de opressões a partir do ponto de vista das mulheres negras.

A chamada “caipira” teve seu nome adaptado em alguns contextos para “festa do homem do campo”. A retirada dos estereótipos de dentes cariados e/ou da reprodução do preconceito linguístico demonstra que leituras *outras* das tradicionais festas juninas não partem exclusivamente de mulheres negras.

⁶ Disponível em < <https://www.geledes.org.br/festas-juninas-acionam-todos-meus-gatilhos-de-rejeicao/>>. Acesso 20 jun 2019.

Submetido em: 03/08/2019 – **Aceito em:** 20/10/2019 – **Publicado em:** 28/12/2019.

O site Alma Preta⁷ traz uma reflexão sobre um dos desdobramentos da crescente visibilidade adquirida pelas ciber-ativistas negras. Na área “O Quilombo”, reservado às opiniões dos colaboradores do site, Triscila Oliveira (2019) traz um post sobre o que chamou de “nova onda” entre as *influencers*⁸ na internet. Para a autora, o *blackfishing* “é um fenômeno sócio-comportamental” em que são usadas características étnicas para proveito pessoal.

De acordo com Triscila, o termo em inglês é uma adaptação de *catfishing* [impostor] em que uma pessoa branca usa elementos próprios da cultura negra para conseguir audiência na internet, “as pessoas chegam ao ponto de usarem várias camadas de bronzeadores até adquirirem um tom de pele negro”. Para ela, a prática, cada vez mais comum mostra a crescente importância da representatividade negra nos debates raciais,

é racista de todos os ângulos, desde a pessoa que pratica o *blackfishing*, protegida por seus privilégios, às seguidoras que usam um escudo neoliberal de direitos da mulher, até as empresas que buscam representatividade hoje, se valendo do colorismo para invisibilizar os negros mais retintos, e levando uma ilusão de inclusão para suas marcas, seguindo uma nova tendência de mercado.

A autora traz diversos exemplos blogueiras e *influencers* que utilizam ou utilizaram o *Blackfishing* como recurso para autopromoção, cujas curtidas e comentários, mesmo que negativos, geram visibilidade e alcance em seus perfis, resultando em mais contratos e dinheiro. Um dos casos mais famosos de *Blackfishing* foi o caso Rachel Dolezal, gerando tanta visibilidade, que foi documentado pelo Netflix⁹.

⁷ Agência de jornalismo especializada na temática racial, cujo portal de notícias produz conteúdos com o objetivo de visibilizar o negro no Brasil, divididos em quatro editorias: Realidade, Da Ponte Pra Cá, Mama África e O Quilombo.

⁸ Perfil famoso em redes sociais, com credibilidade junto a um grupo específico e que lhe ajuda a formar opinião através dessas plataformas e de seu grande público, chegando a ditar tendências, comportamentos, opiniões e convertê-los em patrocínio (ganhos financeiros).

⁹ Dirigido por Laura Brownson (2018), o documentário apresenta a história de Rachel Dolezal, uma mulher branca que se tornou um fenômeno ao descobrirem que ela se passava como afro-americana e que chegou a concorrer a chefe da *National Association for the Advancement of Colored People* (NAACP).

Submetido em: 03/08/2019 – **Aceito em:** 20/10/2019 – **Publicado em:** 28/12/2019.

Assim, podemos observar como essa corporeidade racializada se impõe às mulheres negras no ciberespaço. “Longe de emergir de um reino paralelo inocente, os sistemas cibernéticos, produzidos no seio do capitalismo contemporâneo, são marcados por seus paradigmas culturais” (SANTAELLA, 2003a, 129), nesse sentido, o racismo que estrutura o capitalismo estará presente também nesse espaço.

***Hater*¹⁰ e interseccionalidade: cibercultura e colonialidade**

“Já tive até *hater* de estimação” - Djamila Ribeiro

Os ataques racistas pela ação dos *haters* é assunto frequente nas redes de ciber-ativistas negras. O termo é utilizado para designar pessoas que praticam *bullying* virtual e que, ao atacarem mulheres negras na internet, se utilizam do racismo para tentar desautorizá-las ou constrangê-las. A ação dos *haters* e o papel dos algoritmos para o filtro de conteúdo nas redes são aspectos da colonialidade que se impõe às mulheres negras no ciberespaço.

As hierarquias construídas sob as diferenças de raça, gênero e classe, definem não apenas quem e onde se pode falar, mas, sobretudo o quê (hooks, 2019a). Nesse sentido,

Infinitas vezes, os esforços das mulheres negras para falar, quebrar o silêncio e engajar-se em debates políticos progressistas radicais enfrentam oposição. Há um elo entre a imposição do silêncio que experimentamos, a censura e o anti-intelectualismo em contextos predominantemente negros que deveriam ser um lugar de apoio (como um espaço onde só há mulheres negras), e aquela imposição de silêncio que ocorre em instituições onde se diz as mulheres negras e de cor que elas não podem ser plenamente ouvidas ou escutadas porque seus trabalhos não são suficientemente teóricos (hooks, 2013, p. 95).

Assim, a reprodução das relações estruturantes e suas dinâmicas de dominação e exploração das modalidades coloniais também se reproduzem no ciberespaço. Lima e Aquino (2009),

¹⁰ De acordo com Amaral e Coimbra (2015), o termo *hater* [odiador] “como gíria da internet é originário do hip hop norte-americano, e está relacionado à expressão ‘*Haters Gonna Hate*’ (Odiadores vão odiar) (AMARAL & MONTEIRO, 2013), e é utilizado para categorizar o sujeito que fala mal dos outros através dos espaços de interação e conversação na internet” (AMARAL; COIMBRA, 2015, p. 300).

Submetido em: 03/08/2019 – **Aceito em:** 20/10/2019 – **Publicado em:** 28/12/2019.

apoiadas em Frohmann (1995) e Unger; Freire (2006)¹¹ chamam a atenção para a necessidade de maior atenção ao “modo como o poder é exercido através de relações sociais mediadas por informação nas formas específicas de dominação sobre raça, classe, sexo e gênero” (LIMA; AQUINO, 2009, p. 40).

Os *haters*, que poderiam ser encontrados “entre pesquisadores do fenômeno da cibercultura desde o final dos anos 90” (SÁ, 2016, p. 2) tem nos sites de redes sociais o seu universo. Para Amaral e Coimbra (2015, p. 298),

As redes sociais geraram mudanças na forma de sociabilidade entre os indivíduos e com isso, a propagação de discursos de ódio e a violência simbólica tende a ser intensificada nesse ambiente, já que as barreiras de interação social entre os atores estão reduzidas, devido às características da rede. [...] São estruturas sociais, na qual os atores sociais se apropriam de um sistema e o utilizam para estabelecer conexões entre os diversos sujeitos que estão inseridos neste sistema.

As autoras nos dizem que o principal ganho ao incitar ódio e violência nos sites de redes sociais é o capital social¹². Elas nos falam que os *haters* sempre existiram, mas o aumento e visibilidade dos discursos de ódio por eles reproduzidos intensifica a exposição de estigmas sociais (AMARAL; COIMBRA, 2015).

De acordo com o *SaferNet* Brasil, o racismo ocupa o topo das denúncias na *web*¹³. Nesse sentido, o conceito de interseccionalidade nos instrumentaliza para pensar uma infinidade de

¹¹ FROHAMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science applying the actor network theory. Paper apresentado no **23rd Annual Conference of Canadian Association for Information Science**. Edmonton, Alberta, jun. 1995.; UNGER Roberto J. G.; FREIRE, Isa Maria. **Sistemas de informação e linguagens documentárias no contexto dos regimes de informação: um exercício conceitual**. Disponível em: <http://server01.bc.unicamp.br/seer.php?id=82>, respectivamente.

¹² Poderíamos acrescentar, político. No Rio de Janeiro, Rodrigo Amorim foi eleito deputado estadual pelo Partido Social Liberal (PSL), com mais de mais de 140 mil votos - a maior do estado, após ter foto e vídeo viralizadas nas redes sociais. Em inegável demonstração de ódio, dois homens quebram uma das placas em homenagem a Marielle Franco, vereadora do PSOL assassinada em abril de 2018, colocadas em algumas ruas do Rio de Janeiro após sua morte. Um deles é Rodrigo Amorim. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/apoiadores-de-bolsonaro-que-quebraram-placa-marielle-franco-sao-candidatos-do-psl/>>. Acesso 27 out 2019.

¹³ Disponível em: <<https://new.safernet.org.br/content/racismo>>. Acesso 27 out 2019.

Submetido em: 03/08/2019 – **Aceito em:** 20/10/2019 – **Publicado em:** 28/12/2019.



contextos, entre elas a cibercultura. A existência de *haters* voltados a agressões raciais na internet e a deslegitimação de sujeitas/os negras/os quando da reivindicação/problematização da fala e seu direito são frequentes no ambiente virtual.

Tratado por Trindade (2018) como um “pelourinho moderno”, o Facebook é palco de disseminação de racismo, intolerância e diversas formas de discriminação. Os principais resultados obtidos por sua pesquisa revelam que o alvo preferencial de crimes cibernéticos, via Facebook no Brasil, são mulheres negras de classe média entre 20 e 35 anos, com ensino superior completo (81% das vítimas). Seus agressores são predominantemente homens (65,6%), com pouco mais de 20 anos.

O autor observou oito categorias de eventos¹⁴ que desencadeiam a publicação de posts racistas e constatou o “Efeito Eco Infinito no Espaço Virtual”, ou seja, o potencial de engajamento de novos usuários em posts depreciativos no Facebook, por até três anos após sua publicação, ampliando o impacto do dano moral causado à pessoa e reforçando o racismo por um longo período.

Corrêa *et alli* (2018), partem de dois episódios de racismo envolvendo celebridades no Brasil, em 2017, para evidenciar a contribuição da interseccionalidade na análise de fenômenos comunicacionais em uma sociedade marcada por desigualdades de raça e gênero. Para tanto, analisam o ataque racista sofrido por Chissomo, filha de Bruno Gagliasso e Giovanna Ewbank, em comparação a repercussão negativa da palestra de Taís Araújo¹⁵ sobre o preconceito racial contra seus filhos.

¹⁴ Discordar de publicações contra negros; atuação em profissões de prestígio social; estar em relacionamento interracial; estar em posição de liderança ou destaque; viagens no exterior; utilizar e/ou enaltecer a adoção de cabelo natural em mulheres afrodescendentes; vencer concurso de beleza; rejeitar proposta de relacionamento afetivo.

¹⁵ ARAÚJO, Taís. Como criar crianças doces em um país ácido. São Paulo: **Technology, Entertainment and Design - TEDxSaoPaulo**, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=H2Io3y98FV4>>. Acesso 27 out 2019.

Submetido em: 03/08/2019 – **Aceito em:** 20/10/2019 – **Publicado em:** 28/12/2019.

Para as autoras, a diferença entre o apoio recebido pelo casal Gagliasso Ewbank e a forma como Taís Araújo foi criticada e ridicularizada

pode ser analisada pela ótica racial, demonstrando aspectos diferentes de cada interação discursiva. O racismo dirigido a Chissomo é tratado pelos públicos como um caso legítimo, válido, verdadeiro; da esfera individual, pessoal, da injúria racial como uma ofensa, que se apresenta desvinculada da dimensão estrutural do racismo; um ataque contra uma “princesa” (como dito em comentários) negra, filha de pais loiros que defendem a sua família nuclear e que foram apoiados e valorizados pelo público nas suas declarações antirracistas. Já no caso de Taís Araújo, nem mesmo a repercussão negativa de seu discurso é vista como um ato racista, ainda que sua fala represente a desestabilização de uma norma hegemônica que determina quem pode ou não falar publicamente sobre racismo, e, portanto, seja rotulada como “vitimismo” e “mimimi” (CORRÊA *et alli*, 2018, p. 163).

Assim, a experiência de Taís Araújo seria comum às mulheres negras porque, ao expor a tensão racial e de gênero, articulando dados e estudos sociológicos a saberes adquiridos no cotidiano do racismo brasileiro para explicar as diferentes formas de como o racismo e o sexismo se manifestam na criação de seu casal de filhos, a atriz tem seu esforço intelectual visto como “tendencioso” (*Idem*).

Apoiadas em Kilomba, as autoras explicam essa diferença de adesão a partir da dicotomia específico x universal, na qual a “a fala de homens brancos é vista como universal, neutra, imparcial, ou seja, como regra; e a fala de mulheres, em especial as negras, como “específica”, “identitária”, “subjativa” e, portanto inválida” (CORRÊA *et alli*, 2018, p. 164).

Os *haters* podem também ser vistos como o reflexo de um incômodo gerado pelo confronto que parte do processo de ruptura e remodelamento da sociedade (BERTH, 2018). Para Joice Berth¹⁶, a existência dos *haters* como uma espécie de efeito colateral da

¹⁶ Joice Berth é Arquiteta, Urbanista e Feminista Interseccional Negra e integrante do Coletivo Imprensa Feminista. Entrevista: CASTRO, Carol, Empoderamento é um instrumento de luta social. **Carta Capital**. Disponível em: <<http://www.afbnb.com.br/empoderamento-e-um-instrumento-de-luta-social/>>. Acesso 27 out 2019.

Submetido em: 03/08/2019 – **Aceito em:** 20/10/2019 – **Publicado em:** 28/12/2019.

visibilidade nas redes sociais é emblemática pois “se não tem *hater*, é por que não estou chacoalhando ninguém” (*Idem*). Nessa lógica, o discurso que incomoda o patriarcado de supremacia branca é um discurso não palatável, que incomoda.

Stephanie Ribeiro, traz em seu texto¹⁷ demonstrações da necessidade de autopreservação e autovalidação, pois “aqui no Brasil, nós, mulheres negras, ainda somos alvo de críticas e desmotivadas por pessoas brancas e até mesmo por negros, em comentários dignos de ‘*haters*’ que podem nos paralisar” (RIBEIRO, 2018).

Verificar os discursos de ódio direcionadas a *influencers* negras nos conduzem a avaliar que essas sujeitas precisam de uma carga maior de autovalidação para serem bem sucedidas em seus projetos do que outros segmentos sociais. Com quase 100 mil seguidores no Instagram, Djamila Ribeiro compartilha atividades em sua conta¹⁸. Assim,

Falar de racismo, opressão de gênero, é visto geralmente como algo chato, “mimimi” ou outras formas de deslegitimação. A tomada de consciência sobre o que significa desestabilizar a norma hegemônica é vista como inapropriada ou agressiva porque aí se está confrontando o poder (RIBEIRO, 2019, p. 79).

Para ela, ao mesmo tempo em que o espaço virtual tem sido palco de disputas de narrativas, também é lugar de episódios de censura e silenciamento que, em diferentes frentes (do público em geral, da militância anti-feminista ou por divergência de posicionamento teórico ou político), privilegia a lógica colonizadora e homogeneizadora de padrões de comportamento. No Instagram, ela se posiciona contra uma militância que tenta ditar formas de luta:

não aceito imposições nem da militância limitante que quer nos fazer seguir *scripts*, de julgar que precisamos ser do modo que querem sob risco de ataques. Isso é tática colonizadora eurocentrada. Quem luta por um mundo melhor não submete o outro, porque julgar que o outro precisa caber na sua

¹⁷ **10 resoluções de Ano-Novo para mulheres negras.** Disponível em: <<https://revistamarieclaire.globo.com/Blogs/BlackGirlMagic/noticia/2018/01/stephanie-ribeiro-10-resolucoes-de-ano-novo-para-mulheres-negras.html>>. Acesso: 26 out 2019.

¹⁸ **Pop sim, e daí?** Disponível em: <<https://livrariadavila.com.br/pop-sim-e-dai/>>. Acesso 27 out 2019.

Submetido em: 03/08/2019 – **Aceito em:** 20/10/2019 – **Publicado em:** 28/12/2019.

caixinha é violência. Cuidado com os falsos militantes. Sou filha de Odé, mas carrego Oyá, Ogum, Iemanjá, Exu. Somos diversos e não estamos aqui pra agradar quem quer que seja, a não ser nossa ancestralidade¹⁹.

Na defesa intransigente de políticas para as mulheres que desagrada a crescente pauta dos costumes, a perseguição dos *haters* pode estrapolar a esfera do sofrimento psíquico e se desdobrar em mudanças significativas na vida e rotina dessas sujeitas. O caso da campanha de desmoralização de Débora Diniz²⁰, que deixou o Brasil em 2018 após uma série de linchamentos virtuais é um exemplo. Como resultado,

mulheres têm se organizado em torno de espaços seguros online (seja pela criação de grupos e listas de discussão, pela ocupação de espaços de visibilidade na rede, tais como Wikipedia e grandes meios de comunicação, pela criação de espaços para documentação colaborativa da violências de gênero ou pela organização em enxame para criar respostas efetivas para coibir os ataques de *haters*) e offline (conferências, oficinas, *hackatons*, *hacklabs*, *makerspaces*) e a partir da apropriação de ferramentas tecnológicas (chats, fóruns, redes sociais alternativas, listas de correio eletrônicos e uso de bots para lidar com assédio, trolagens e perseguições misóginas) com vistas à instrumentalização / ensino / proteção / circulação / ampliação / intercâmbio de experiências tecnológicas, afetivas, políticas e culturais (TACTICAL TECHNOLOGY COLLECTIVE, 2015 *apud* NATANSOHN; REIS, 2017, p. 118).

Dentre as iniciativas voltadas à proteção contra a ação de *haters* e *stalkers* na internet está a #Safermanas²¹, que traz dicas de segurança digital voltadas para mulheres cis, pessoas trans, travestis e não-binárias. Outro mecanismo de reprodução das relações estruturantes no ciberespaço são o que Silva (2019) entende por “mecanismos centrais do capitalismo de vigilância”. Para ele, ambientes como Facebook, Twitter, YouTube e *marketplaces* de

¹⁹ <https://livrariadavila.com.br/pop-sim-e-dai/>

²⁰ Mesmo ela não sendo uma mulher negra o caso dela é emblemático para pensar como o corpo é essencial para o direito a fala por ela está deslocada do sujeito pleno, o homem branco heterossexual. Debora Diniz protagonizou as discussões em defesa da legalização do aborto no Supremo Tribunal Federal (STF), tendo seus vídeos veiculados amplamente nas redes sociais. Em 2004 foi responsável pela ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) que garantiu o direito legal ao aborto nos casos de anencefalia (fetos com problema de formação e ausência de parte do cérebro) e em 2017 protocolou junto com o PSOL outra ADPF questionando a inconstitucionalidade da criminalização do aborto no Brasil. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=3dB5SSRCO1M>>. Acesso 27 out 2019.

²¹ Criada pela ONG *Coding Right*. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/mulher/safermanas-saiba-como-se-proteger-de-haters-e-stalkers-na-internet/>>.

Submetido em: 03/08/2019 – **Aceito em:** 20/10/2019 – **Publicado em:** 28/12/2019.

aplicativos *mobile* trariam vieses algorítmicos e *affordances*²² racistas nestas plataformas digitais de publicidade.

O autor critica a crença na neutralidade dos algoritmos estatísticos e softwares. Para ele, “as presunções de neutralidade dos algoritmos impactam indivíduos e comunidades de modo relativo à distribuição de poder quanto às classes, gênero, raças e grupos sociais que os constroem e gerenciam” (SILVA, 2019a, p. 32).

Silva destaca a *opacidade dupla*²³ quanto ao aspecto da racialização que,

de um lado os algoritmos - e a tecnologia de modo geral - são vistos como neutros, como se fossem construídos, desenvolvidos e performados independente do contexto e pessoas envolvidas. De outro, a ideologia da negação e invisibilidade da categoria social “raça” na sociedade como um todo impede consensos e avanços quanto à justiça e equidade de representação.

Para ele, essas construções trazem impactos para interpretação da realidade contemporânea. O autor ressalta, assim como Pretto (2019)²⁴, o papel do Google, Amazon, Facebook e Apple (GAFA), enquanto ecossistemas de plataformas e infraestruturas digitais que construíram capacidades de análise de dados que ultrapassam o potencial de universidades, e até de estados, sem as prerrogativas de transparência e *accountability* exigidas pelas populações da maioria das democracias.

De acordo com Pretto (2019), esse grupo domina praticamente todo esse universo da comunicação através das redes, construindo o que o autor chama de “internet murada”, que

²² Seria uma espécie de psicologia de materiais e de coisas. Quando usado nesse sentido o termo se refere às propriedades percebidas e reais de um objeto, principalmente as propriedades fundamentais que determinam de que maneira o objeto poderia ser usado, oferecendo indicações para operação dos objetos (NORMAN, 2006).

²³ Grifo do autor.

²⁴ PRETTO, Nelson de Luca. Educação, culturas e hackers. **Polêmicas Contemporâneas #7**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZCjTgumGjI>>. Acesso em 18 jun 2019. Polêmicas contemporâneas: Nelson Pretto. Educação, culturas e hackers.

Submetido em: 03/08/2019 – **Aceito em:** 20/10/2019 – **Publicado em:** 28/12/2019.

seria uma internet que não possibilita fazer aquilo que queremos, mas apenas o que eles querem e que tem nas *fake news*²⁵ um exemplo emblemático. Para o autor, a “necessidade” da existência de uma mediação através do Facebook para estabelecer um “filtro” que solucione a disseminação dessas notícias significa, uma espécie de censura, mas que não seria a única forma de murar a internet.

Para o jornalista americano Andrew Lewis,

Como usuário da Internet, você pode pensar que está recebendo um serviço gratuito, mas seus dados pessoais estão sendo coletados para venda a empresas para marketing e outros fins; [...]. A. LEWIS [também conhecido como usuário do MetaFilter blue_beetle] ‘se você não está pagando por algo, não é o cliente; você é o produto que está sendo vendido’... enquanto vasculha a Internet e as lojas para promoções de feriados, lembre-se de que quando você não está pagando com dinheiro, está pagando com suas informações pessoais. 2013 espectador de 7 de dezembro. A maioria dos britânicos agora usa o Facebook, Twitter, Instagram ou outra conta de mídia social - nenhum dos quais cobra [sic] um centavo. Como diz o ditado: se você não está pagando, você é o produto (LEWIS, 2010 *apud* SPEAKE, 2015, p. 244).

Um dos “produtos” mais valorizados na contemporaneidade, nossos dados, são alvo de projetos que utilizam as informações disponíveis nas redes sociais para gerar oportunidade de lucro, como uma espécie de *commodities* do século XXI. A partir do compartilhamento nas redes sociais, realização de testes e técnicas realizadas por aprendizado de máquina, aplicações podem utilizar essas informações para ganhar espaço na chamada *psicometria*²⁶, gerando valor de mercado para esse tipo de informação.

²⁵ “Produções de notícias falsas estimuladas pelo centro do dinheiro, que vão circular a favor de alguma tendência política, cultural e econômica” (PRETTO, 2019).

²⁶ Psicometria representa a teoria e a técnica de medida dos processos mentais, especialmente aplicada na área da Psicologia e da Educação e se fundamenta na teoria da medida em ciências em geral, ou seja, do método quantitativo que tem, como principal característica e vantagem, o fato de representar o conhecimento da natureza com maior precisão do que a utilização da linguagem comum para descrever a observação dos fenômenos naturais e explicar o sentido que têm as respostas dadas pelos sujeitos a uma série de tarefas (PASQUALI, 2009).

Submetido em: 03/08/2019 – **Aceito em:** 20/10/2019 – **Publicado em:** 28/12/2019.



Em março de 2018, denúncias feitas por Christopher Wylie provocaram o escândalo de dados do Facebook ao fornecer documentos ao *The Guardian* que descreveram como a empresa vinculada ao ex-conselheiro de Trump, Steve Bannon, compilou dados do usuário para atingir os eleitores americanos.

De acordo com Wylie, a *Cambridge Analytica*²⁷, empresa de análise de dados que trabalhou com a equipe eleitoral de Donald Trump e a campanha vencedora do Brexit, gastou em torno de US\$ 1 milhão colhendo dados de perfis de eleitores dos EUA no Facebook, utilizados para criar um *software* para influenciar escolhas nas urnas.

Um denunciante revelou ao *Observer* como a Cambridge Analytica - uma empresa de propriedade do bilionário Robert Mercer, e liderada na época pelo principal consultor de Trump, Steve Bannon - usava informações pessoais obtidas sem autorização no início de 2014 para construir um sistema que pudesse traçar perfis individuais dos eleitores dos EUA, para direcioná-los com anúncios políticos personalizados (CADWALLADR, Carole; GRAHAM-HARRISON, Emma, 2018).

Declarando-se uma “ferramenta de pesquisa para psicólogos”, o aplicativo do facebook, *thisisyourdigitallife*, e sua permissão para acesso aos dados dos usuários e de seus amigos, aplicava um questionário com o propósito de gerar um perfil de personalidade. A estratégia política, que utilizou *fake news* e memes nas redes sociais, possibilitou uma espécie de “consenso fabricado” influenciando o resultado das urnas, a partir da “guerra psicológica”.

A Cambridge Analytica e o Facebook foram foco de investigação sobre o uso de dados e política pelo *British Information Commissioner's Office* e da Comissão Eleitoral, no que diz respeito ao referendo da UE e o papel da *Cambridge Analytica*, mas apesar da indignação generalizada provocada pelas denúncias, o Facebook negou que a coleta de dezenas de

²⁷ CADWALLADR, Carole; GRAHAM-HARRISON, Emma. Revealed: 50 million Facebook profiles harvested for Cambridge Analytica in major data breach. *The Guardian*, 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/news/2018/mar/17/cambridge-analytica-facebook-influence-us-election>>. Acesso 12 ago 2019. O documentário “Privacidade Hackeada” (AMER; NOUJAIM, 2019), lançado em julho deste ano no Netflix, faz uma excelente síntese do ocorrido e problematiza alguns dos diferentes usos políticos dos dados de usuários de redes sociais.

Submetido em: 03/08/2019 – **Aceito em:** 20/10/2019 – **Publicado em:** 28/12/2019.



milhões de perfis pela GSR e pela *Cambridge Analytica* tenha sido uma violação de dados, afirmando que o acesso às informações se deu de “maneira legítima e através dos canais apropriados”.

Então, a discussão sobre uso de dados, está para além dos usos econômicos que se podem fazer dessas informações, sendo úteis também para escamotear as liberdades democráticas. Para Pretto (2019), o digital proporciona o questionamento de valores que, na contemporaneidade são caros para a educação em sua perspectiva de pluralidade cultural. Não sem as contradições próprias do sistema econômico sob o qual essas culturas são produzidas.

Assim, a internet, que em seus primórdios foi possibilitada a partir do trabalho coletivo, se constitui enquanto “uma rede que conecta o diferente” (PRETTO, 2013, p. 24), processo que não se dá de maneira tranquila. Nesse sentido, para ele, precisamos de uma luta política que dê resposta à atuação das grandes corporações que dominam hoje o universo da internet.

Em sua pesquisa²⁸, Silva (2019) traz dados importantes para a reflexão sobre racialização das pesquisas sobre algoritmos, que tem como marco cronológico a criação do Facebook, “desenvolvido a partir de um site misógino de comparação de alunas de universidade americana”, ainda traz em sua marca institucional a falta de diversidade de gênero e raça no seu quadro de funcionários, possuindo apenas 2,2% de funcionários negros em cargos técnicos.

Se formos pensar a partir de um recorte interseccional, conseguimos identificar na linha do tempo elaborada por Silva, que a busca por “garotas negras” resulta em conteúdo

²⁸ SILVA, Tarcízio. Linha do Tempo do Racismo Algorítmico. Blog do Tarcízio Silva, 2019. Disponível em: <<http://https://tarciziosilva.com.br/blog/posts/racismo-algoritmico-linha-do-tempo>>. Acesso 07 jul 2019.

Submetido em: 03/08/2019 – **Aceito em:** 20/10/2019 – **Publicado em:** 28/12/2019.

pornográfico. Em diálogo com o trabalho de Safiya U. Noble²⁹, o autor verifica “a hiper- visibilidade de associação do olhar pornográfico sobre garotas negras e latinas como um meio de torná-las ao mesmo tempo “invisíveis” em suas humanidades e complexidades”.

Buolamwini e Gebru (2018) nos trazem a necessidade de refletir sobre a interferência da Inteligência Artificial (IA) em diferentes aspectos sociedade (contratações, empréstimos, decisões judiciais) que, tradicionalmente “realizados por seres humanos são rapidamente feito por algoritmos” (BUOLAMWINI; GEBRU, 2018, p. 1).

As autoras demonstram como “algoritmos treinados com polarização dos dados resultaram em discriminação algorítmica”, se mostrando suscetíveis à reprodução de estereótipos, “embora muitos trabalhos tenham estudado como criar algoritmos mais justos, e realizado testes comparativos em vários contextos (BUOLAMWINI; GEBRU, 2018, p. 2)”.

As autoras demonstram como sistemas de reconhecimento facial erroneamente identificavam pessoas de cor, mulheres e jovens com mais facilidade e, em interlocução com diferentes pesquisas, como a menor precisões dos sistemas de reconhecimento facial utilizados para aplicação da lei nos EUA reproduzem injustiça racial a “pessoas rotuladas como femininas, negras ou entre as idades de 18 a 30 anos do que para outras coortes gráficas” (BUOLAMWINI; GEBRU, 2018, p. 3).

Assim, algoritmos de reconhecimento facial usados pela polícia dos EUA para vigilância, prevenção da criminalidade e aplicação da lei³⁰ tem uma visão reducionista de gênero, com

29 Noble, S. U. **Google search: Hyper-visibility as a means of rendering black women and girls invisible.** InVisible Culture, (19), 2013. Disponível em: <<http://ivc.lib.rochester.edu/google-search-hyper-visibility-as-a-means-of-rendering-black-women-and-girls-invisible/>>. Acesso 29 out 2019.

³⁰ De acordo com as autoras, 117 milhões de americanos estão incluídos na lei redes de reconhecimento facial, na qual uma investigação em 100 departamentos revelara que os afro-americanos são mais propensos a serem impedidos pela lei de execução e ser sujeito a pesquisa de reconhecimento facial do que indivíduos de outras etnias.

Submetido em: 03/08/2019 – **Aceito em:** 20/10/2019 – **Publicado em:** 28/12/2019.



rótulos sexuais binários femininos/masculinos, acabam por aumentar ainda mais o hall de discriminação algorítmica.

As autoras trazem duas contribuições práticas para os problemas detectados em sua pesquisa, colaborando com a primeira classificação de gênero referência ao avançar o gênero *benchmarking* de classificação introduzindo um novo conjunto de dados, o primeiro grupo demográfico interseccional e avaliação fenotípica do gênero baseado na precisão de classificação na face que, em vez de avaliar por gênero ou tipo de pele, busca também examinar em 4 subgrupos interseccionais.

Diferentes iniciativas na busca por inclusão técnica em empresas de tecnologia e formação de *startups* por parte de grupos excluídos buscam a diminuição das injustiças também no desenvolvimento de algoritmos. Nesse sentido, um dos marcos também trazidos na linha do tempo verificada anteriormente foi a iniciativa da PretaLab de levantamento de dados sobre mulheres negras e indígenas na tecnologia brasileira³¹.

Nesse sentido, verificamos, para além do questionamento as plataformas e sistemas algorítmicos, iniciativas de grupos a partir da própria área de tecnologia para a transformação desse quadro. Partindo da análise interseccional da sociedade ocidental se verifica diferentes orientações teórico-metodológicas produzindo teoria, tecnologia e conteúdo como resposta à perpetuação de injustiças e seus desdobramentos políticos, econômicos e culturais.

Subjetividade negra e Ciberespaço: por uma inteligência coletiva racializada

³¹ No site vemos o seguinte aviso “No Brasil, além da PretaLab, iniciativas como o OxenTI Menina, Rede de Ciberativistas Negras, Blogueiras Negras, Pretas Hackers, Desabafo Social, Gato Mídia, Criola, Criadoras Negras RS, Minas Programam, data_labe, Black Rocks, Instituto Mídia Étnica, MariaLab, InfoPreta, Preta Nerd, Coletivo Nuvem Negra, vêm atuando para mudar esses números”. Disponível em: <<https://www.pretalab.com>>. Acesso 28 ago 2019.

Submetido em: 03/08/2019 – **Aceito em:** 20/10/2019 – **Publicado em:** 28/12/2019.

Iniciativas como o projeto “Intelectuais Negras Visíveis”³² exemplificam como a mobilização de narrativas de mulheres negras oferecem *insights* que permitem conhecer as condições para uma subjetividade radical da mulher negra (hooks, 2019) e seu exercício de autodefinição e autoavaliação (COLLINS, 2016).

Autodefinição envolve desafiar o processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas externamente definidas da condição feminina afro-americana. Em contrapartida, a autoavaliação enfatiza o conteúdo específico das autodefinições das mulheres negras, substituindo imagens externamente definidas com imagens autênticas de mulheres negras (COLLINS, 2016, p. 102).

A provocação que se segue é a possibilidade de pensarmos a autodefinição e a autoavaliação a partir do ciberespaço, resultante da mobilização de sujeitas em prol de uma transformação das representações das mulheres negras brasileiras, mobilizadas a partir de um *self* racializado que, em interações simultâneas na rede e a inteligência coletiva (LEVY, 2007) se configurariam em uma inteligência coletiva racializada.

Lévy (2007) nos diz que inteligência coletiva é uma inteligência distribuída por toda parte, resultante de uma mobilização das competências. Para ele, “a base e o objetivo da inteligência coletiva são o reconhecimento e o enriquecimento mútuos das pessoas, e não o culto de comunidades fetichizadas ou hipostasiadas” (LÉVY, 2007, p. 29).

Ao possibilitar novas sociabilidades e suas memórias compartilhadas, aproximam atores sociais diversificados, ainda que não isentos de conflitos, permitindo aos movimentos sociais passarem da defesa de um sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural, cuja articulação em torno de novas identidades tendem a ser cada vez mais plurais e as lutas pela

³² Idealizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Intelectuais Negras (GIN-UFRJ), criado em 2014, por um grupo de mulheres negras e coordenado por Giovana Xavier, tem como objetivo “conferir visibilidade ao protagonismo de Mulheres Negras na história do trabalho no Brasil através da publicação de livros, catálogos e da construção de uma plataforma virtual”. Disponível em: < <https://www.intelectuaisnegras.com/copia-vista-nossa-palavra-flip-2016>>. Acesso 20 jun 2019.

Submetido em: 03/08/2019 – **Aceito em:** 20/10/2019 – **Publicado em:** 28/12/2019.



cidadania incluem, frequentemente, múltiplas dimensões do *self* (SCHERER-WARREN, 2006).

Se, de acordo com hooks (2013), a política de identidade nasce da luta de grupos oprimidos ou explorados para assumir uma posição a partir da qual pudessem criticar as estruturas dominantes, cujas pedagogias críticas da libertação atendem a essas preocupações e abraçam a experiência e os testemunhos como modos de conhecimento válidos, como dimensões importantes e vitais de qualquer processo de aprendizado. O ciberespaço seria o espaço móvel destas interações entre coletivos desterritorializados em que as competências seriam reconhecidas em toda a sua diversidade o que, para Lévy (2007), possui uma dimensão ético-política.

De acordo com o autor, esse projeto convoca um novo humanismo, no qual a inteligência coletiva nos tornaria uma comunidade por excelência a partir da qual se daria a retomada recíproca das singularidades possibilitadoras de formas de democracia adaptadas à complexidade dos problemas contemporâneos. Assim, a análise do conhecimento situado e as narrativas das mulheres negras no ciberespaço se torna vital para a avaliação dos desdobramentos da cibercultura para as transformações sociais.

Para Lévy (1999), o principal evento cultural anunciado pela emergência do ciberespaço é a desconexão da universalidade e da totalidade. De acordo com o autor, “o ciberespaço dissolve a pragmática da comunicação” (LÉVY, 1999, p. 114) na medida em que a interconexão e o dinamismo das memórias online tornam novamente possível compartilhar o mesmo contexto e hipertexto vivo.

A inteligência coletiva seria uma inteligência distribuída por toda parte, valorizada e mobilizada

o coletivo inteligente visado neste livro não se identifica simplesmente com o estado de cultura usual. Em um coletivo inteligente, a comunidade assume como objetivo a negociação permanente da ordem estabelecida, de sua

Submetido em: 03/08/2019 – **Aceito em:** 20/10/2019 – **Publicado em:** 28/12/2019.

linguagem, do papel de cada um, o discernimento e a definição de seus objetos, a reinterpretação de sua memória. Nada é fixo, o que não significa que se trate de desordem ou de absoluto relativismo, pois os atos são coordenados e avaliados em tempo real, segundo um grande número de critérios constantemente reavaliados e contextualizados (LÉVY, 2007, p. 31).

De acordo com o autor, esse projeto que convoca um novo humanismo, no qual a inteligência coletiva nos tornaria uma comunidade por excelência a partir da qual se daria a retomada recíproca das singularidades possibilitadoras de formas de democracia adaptadas à complexidade dos problemas contemporâneos.

Nesse sentido Collins (2016), ao pensar o conhecimento enquanto elemento das relações de dominação e resistência, nos esclarece que ao se colocar as experiências das mulheres negras no centro da análise, se potencializam novos *insights* sobre os conceitos predominantes, paradigmas, epistemologias, a partir da qual se verifica o mundo através de uma lente tanto conceitual da simultaneidade da opressão racial de classe e gênero, quanto da necessidade de uma visão humanista, criando novas possibilidades para o conhecimento feminista afrocêntrico.

O papel pedagógico das memórias contidas nas trajetórias das usuárias nas redes sociais está tanto em sua utilização como elo na busca por reconhecimento das diferenças e busca por justiça social, quanto possibilidades geradas pela visibilidade de escritas autobiográficas virtuais sobre negritude e estratégias de resistência da população negra, transformando *posts* nas redes sociais em campo de reflexão sobre a complexidade das/os negras/os em diáspora.

Considerações finais

Mulheres negras têm, historicamente, se mobilizado em diversos espaços políticos na busca por justiça social e, com a proliferação de *smartphones* e *tablets* ampliaram a possibilidade de registro e divulgação quase simultânea de eventos nas plataformas de redes sociais, encurtando a distância entre um evento e sua publicização (TAYLOR, 2017). Assim, mesmo

Submetido em: 03/08/2019 – **Aceito em:** 20/10/2019 – **Publicado em:** 28/12/2019.



ainda existindo uma forte hegemonia dos conglomerados de comunicação de massa, podemos observar a ascensão do ciberespaço como mais um espaço de articulação dessas mulheres.

Nesse sentido, a escrita “ciber-ativista” (CARDOSO, 2018) se verifica enquanto prática de intervenção que se constitui em respostas inovadoras às representações construídas historicamente sobre os negros no Brasil, representando uma expressão criativa de epistemologias outras e revela *práxis* que, diante da diversidade de posições/orientações teórico-ideológicas, enfrenta como principal desafio a quebra dos estereótipos em relação às/os negras e negros, mas que perceptivelmente já contribui para a transformação das discussões sobre negritude e gênero no Brasil.

Mulheres negras historicamente, tem se mobilizado em diversos espaços políticos na busca por justiça social, se constituindo enquanto fonte para a para a história da Educação por permitir a reflexão sobre histórias *outras* e suas práticas educativas no ciberespaço. Portanto, podemos pensa-lo enquanto educativo e ferramenta antirracista na medida em que dele nos apropriamos para articulação e práticas educativas e memórias negras.

Referências Bibliográficas:

ALVES, Nilda. Questões epistemológicas do ‘uso’ cotidiano das tecnologias. **IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom** (NP 11 - Comunicação Educativa). Porto Alegre: PUC-RS, 2004. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/84210667808856737255360628747270965994.pdf>>. Consulta 24 jun 2019.

AMARAL, Adriana; COIMBRA, Michele. Expressões de ódio nos sites de redes sociais: o universo dos haters no caso #eunãomereçoserestuprada. UFBA: **Contemporânea** [Online], v. 13, p. 294-310, 2015. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/14010/9879>>. Acesso 27 out 2019.

Submetido em: 03/08/2019 – **Aceito em:** 20/10/2019 – **Publicado em:** 28/12/2019.



ANJOS, Monique dos. Festas juninas acionam todos meus gatilhos de rejeição. **Portal Geledés**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/festas-juninas-acionam-todos-meus-gatilhos-de-rejeicao/>>. Acesso 20 jul 2019.

ARAÚJO, Joel Zito (Org.). **O negro na TV pública**. 2.ed. – Brasília: FCP, 2012.

BUOLAMWINI, Joy; GEBRU, Timnit. Gender Shades: Intersectional Accuracy Disparities in Commercial Gender Classification. **Proceedings of Machine Learning Research**, v. 81, 2018. Disponível em <<https://dam-prod.media.mit.edu/x/2018/02/06/Gender%20Shades%20Intersectional%20Accuracy%20Disparities.pdf>>. Acesso 03 ago 2019.

CARDOSO, Claudia Pons. Experiências de mulheres negras e o feminismo negro no Brasil. **Revista da ABPN**, V. 10, n. 25, 2018, p. 317-328. Disponível em: <<http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/618/546>>. Acesso 13 abr de 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, 2016. p. 99-127. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100099&lng=en&nrm=iso>. Acesso 10 jun 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>.

_____. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. - 2nd ed. New York, 2000.

_____. **Black feminist thought in the matrix of domination**. Boston: Unwin Hyman, 1990. p. 121-238.

CORREIA, Laura Guimarães; GUIMARÃES-SILVA, Pâmela; BERNARDES, Mayra; FURTADO, Lucianna. Entre o interacional e o interseccional: Contribuições teórico-conceituais das intelectuais negras para pensar a comunicação. **Revista Eco-Pós. Dossiê**

Submetido em: 03/08/2019 – **Aceito em:** 20/10/2019 – **Publicado em:** 28/12/2019.



Racismo. v. 21, n. 3, 2018. Disponível em:
<https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/issue/view/1174>. Acesso 25 out 2019.

DALLEGRAVE, Valéria. "Privacidade Hackeada" – a manipulação das mentes. **Brasil 247**, 2019. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/blog/privacidade-hackeada-a-manipulacao-das-mentes>>. Acesso 10 ago 2019.

FIGUEROA, Aurora Vergara; HURTADO, Katherine Arboleda. Feminismo afrodiaspórico: uma agenda emergente del feminismo negro em Colombia. **Universitas Humanística**, Bogotá, n. 78, p. 109-34, 2014.

GAMONAR, Flávia. **Se você não está pagando para usar o produto, você é o produto**. Disponível em: <<https://www.linkedin.com/pulse/se-%C3%A9-gr%C3%A1tis-voc%C3%AA-n%C3%A3o-um-consumidor-mas-o-produto-flavia-gamonar>>. Acesso 24 jun 2019.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. - São Paulo: Edições Loyola. 5Ed, 2007.

_____. **Ciberultura**. Tradução Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LIMA, Celly Brito; AQUINO, Mirian de Albuquerque. A construção de identidades afrodescendentes na ciberultura: o olhar da ciência da informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 4, n. 1, 2009. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/29499>>. Acesso em: 10 out 2019.

MBEMBE, Achille. O segredo. **Crítica da razão negra**. n-1 edições, 2018.

NATANSOHN, Graciela; REIS, Josemira Silva. Com quantas hashtags se constrói um movimento? O que nos diz a “Primavera Feminista” brasileira. **Tríade**: Sorocaba/SP, v. 5, n. 10, 2017. pp. 113-130.

Submetido em: 03/08/2019 – **Aceito em:** 20/10/2019 – **Publicado em:** 28/12/2019.



NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História:** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>>. Acesso em: 03 mai 2019.

OLIVEIRA, Triscila. O que é o blackfishing? **Alma Preta**. Disponível em <<https://www.almapreta.com/editorias/o-quilombo/o-que-e-o-blackfishing>>. Acesso 20 jul 2019.

PASQUALI, Luiz. Psicometria. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 43, 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/reensp/v43nspe/a02v43ns.pdf>>. Acesso 28 ago 2019.

PRETTO, Nelson De Luca. Deixem minha internet em paz. **Reflexões : ativismo, redes sociais e educação**. - Salvador: EDUFBA, 2013.

_____. **Educações, culturas e hackers**. Polêmicas Contemporâneas #7. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZCjTwgumGjI>>. Acesso em 18 jun 2019.

RICOEUR, Paul. Memória, história, esquecimento. **Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism**. Budapeste, 2003. Disponível em: <https://edisdisciplinas.usp.br/pluginfile.php/332913/mod_resource/content/1/PalestraPaulRicoeur.pdf>. Acesso 16 jul 2019.

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. **Revista Brasileira de História**, n. 18, ANPUH/Marco Zero, 1989.

RAUL, Jessica Mara. Mulheres negras e a luta por igualdade: por um feminismo negro decolonial. **Revista estudo de Sociologia**. Araraquara, V.21 n. 41, 2016. pp.291-302. Disponível em <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/8663/6060>>. Acesso 22 jun 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo; Sueli Carneiro; Pólen, 2019. Coleção Feminismos Plurais.

SÁ, Simone Pereira de. Somos Todos Fãs e *Haters*? Cultura Pop, Afetos e Performance de Gosto nos Sites de Redes Sociais. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação / XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da

Submetido em: 03/08/2019 – **Aceito em:** 20/10/2019 – **Publicado em:** 28/12/2019.



Comunicação. – São Paulo / SP, 2016. disponível em:
<<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2334-1.pdf>>. Acesso 27 out 2019.

SANTAELLA, Lúcia. Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, v. 10, n. 22, 2003. Disponível em:
<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3229>>. Acesso 26 jun 2019.

SANTOS, Edméa. Letramento Digital: por uma atuação autoral na cibercultura. SANTOS, Edméa; SANTOS, Rosemary dos; PORTO, Cristiane (Orgs.). **Múltiplas linguagens nos currículos**. - João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. Feminismo negro diaspórico. **Revista Gênero**. Niterói, v. 8, n. 1, p. 11-26, 2007. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/157>>. Acesso em 10 nov 2016.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**. [online]. 2006, vol.21, n.1, pp.109-130. Disponível:
<<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922006000100007>>. Acesso 10 jul 2019.

SIMÕES, Robson Fonseca. **Escritas à deriva: testemunhos efêmeros sobre os tempos da escola nas comunidades do Orkut**. – Rio de Janeiro: UERJ / Programa de Pós-graduação em Educação - ProPed, 2012. Tese (Doutorado em Educação). Disponível:
<http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/2005_1-155-DO.pdf>. Acesso 22 mai 2019.

SPEAKE, Jennifer (Ed.). **The Oxford Dictionary of Proverbs**. Sixth Edition, 2015.

TRINDADE, Luiz Valério P. Formas contemporâneas de racismo e intolerância nas redes sociais. **It is not that funny. Critical analysis of racial ideologies embedded in racialized humour discourses on social media in Brazil**. University of Southampton / UK. Disponível em:
<https://www.academia.edu/36896372/Formas_Contempor%C3%A2neas_de_Racismo_e_Intoler%C3%A2ncia_nas_Red_Sociais?auto=download>. Acesso 27 out 2019.

Submetido em: 03/08/2019 – **Aceito em:** 20/10/2019 – **Publicado em:** 28/12/2019.